

«*BURR* E MEMORIAL DO CONVENTO OU A SUPERACÃO DO(S) ABUSO(S) DA MEMÓRIA»¹

ADRIANA ALVES DE PAULA MARTINS
Universidade Católica Portuguesa (Viseu)/
Investigadora do CLCPB (Núcleo de Viseu)

«Obviously each of us has his prejudices,
and no one can ever claim
purity in the interpretation of
those facts that he has chosen to agree upon.
But this does not mean, as I am said to have said
and did not say, that history is fiction.
I only suggest that much of what we take to be true
is often seriously wrong, and the way that it is wrong is
often more worthy of investigation than
the often trivial disagreed-upon facts of the case.»

(Gore Vidal. *Screening History*)

Num pequeno livro de ensaios que publicou em 1992, intitulado *Screening History*, e, a pretexto de reflectir sobre o papel fundamental desempenhado pelo cinema no século XX, Gore Vidal, referiu-se jocosa e criticamente ao seu país, denominando-o «United States of Amnesia» (1992: 2). É justamente a partir da amnésia que pretendo começar a minha reflexão sobre *Burr* (1994 [1973]) de Gore Vidal e *Memorial do Convento* (1987 [1982]) de José Saramago. Isto porque julgo que é a atracção pela amnésia que faz com que muitos escritores pós-modernos voltem o seu olhar para o passado e elaborem ficções históricas que problematizam a construção da memória da nação, cuja configuração se assemelha à da memória pessoal. Por outras palavras, identifico na revisitação do passado levada a cabo pelos romancistas norte-americano e português os dois movimentos que estão na base do processo de configuração da memória individual. Trata-se da *amnésia*, ou seja, do esquecimento, e da *anamnese*, ou seja, a tentativa de recordar para recuperar o que já foi vivido a fim de se compreender o que se é. Ora, a amnésia resulta de um processo de selecção que decorre do facto de a memória, por um lado, reter e registar o que é considerado como sendo significativo e, por outro, rejeitar e relegar ao esquecimento aquilo que não interessa. A anamnese surge como um

trabalho de busca da memória, ou seja, como uma tentativa de rememorar e de recuperar o passado, prestando especial atenção, neste percurso de marcha atrás, nas eventuais resistências à lembrança, já que são estas últimas que podem, de alguma forma, dar indicações sobre as razões que fizeram com que certos dados fossem registados e outros abandonados. O processo de anamnese me interessa particularmente, pois acredito que é, através dele, que o Outro que existe em cada um (e que, em geral, não é reconhecido como tal, uma vez que faz parte do mesmo) vai se revelando preferencialmente a partir dos impasses criados nas zonas de resistência ao movimento de rememoração.

Tendo chamado Krzysztof Pomian (1999) a atenção para o facto de observar-se, no fim do século XX, e, de forma especial, nas suas duas últimas décadas, um interesse crescente pela memória colectiva em diferentes países, interesse que se prende, em grande parte, com o fim da era dos totalitarismos e, sobretudo, com *os conflitos de memórias* daí resultantes, necessário é observar e analisar como e em que medida o texto literário promove um processo de anamnese da memória colectiva para detectar e revelar os pontos de «resistência» que determinaram as amnésias que informaram a construção do imaginário da nação e a sua representação pública. Dito de outro modo, observar e analisar como e em que medida o texto literário ficcional perscruta a construção da memória da nação para deixar revelar os seus conflitos, de forma a propor o seu redimensionamento e refiguração. É aqui que importa retornar às obras que constituem o meu *corpus* para compreender-se as razões que me levam a analisar os dois romances em questão sob uma perspectiva comparada. Acredito que Vidal e Saramago promovem, nos seus romances, um processo de revisão da memória, ou seja, um processo de anamnese, de onde releva o confronto das memórias pessoais e colectivas em função da emergência dos Outros da memória da nação, que desvelam as omissões, as generalizações, as exclusões, as distorções, enfim, aquilo a que Paul Ricoeur denominou de «abusos da memória»². Abusos que são projectados na historiografia oficial enquanto instrumento pedagógico da representação pública da memória colectiva, ou seja, enquanto um «lieu de mémoire», tal como o entende Pierre Nora (1989). Defendo que *Burr* e *Memorial do Convento* podem ser encarados, se bem que num âmbito simbólico, como uma espécie de «lieux de mémoire», a partir do momento em que propõem uma nova leitura da memória da nação, tendo por base momentos cruciais da História dos Estados Unidos e de Portugal, reinventando quer a

memória da fundação dos Estados Unidos e dos seus primeiros anos de existência, quer a da vida no reinado de D. João V em Portugal e, mais especificamente, a construção do Convento de Mafra. Tendo em conta que Gore Vidal e José Saramago lançam mão de procedimentos de escrita similares para expor, discutir e superar as distorções da representação pública da memória no processo de reinvenção da memória da nação, pretendo investigar em que medida o processo de modelização ficcional das personalidades históricas promove a revisão e a reescrita do passado e abre o caminho para o exame epistemológico e ideológico do património histórico, humano e ético-político dos Estados Unidos e de Portugal, respectivamente.

O interesse de *Burr* releva do tratamento ficcional que é dado ao Coronel Aaron Burr, personalidade histórica polémica, que, para além de ter sido herói da Revolução Americana e vice-presidente de Thomas Jefferson, foi vilipendiado pela historiografia oficial que o reconheceu preferencialmente como o assassino de Alexander Hamilton³ e também como o alegado traidor da pátria que teria fomentado o desmembramento da União ao participar de uma frustrada missão cujo objectivo era a conquista do México.

O romance tem como pólo gerador o empenho de diferentes personagens que, atendendo a interesses políticos específicos, desejavam a elaboração e a publicação das memórias do Coronel. Tais personagens, pertencentes a diversos quadrantes da cena política, pretendiam tirar partido da caracterização negativa que o discurso histórico concedeu a Burr para desacreditar a candidatura de Martin Van Buren à Presidência da República, ao insinuar que este era filho ilegítimo de Burr, ou seja, de um homem que havia sido acusado de conspirar contra a União. Este objectivo acaba por revelar-se, de alguma forma, logrado quando a tarefa de escrever as memórias do Coronel é dada a uma personagem ficcional, Charles Schuyler, jovem advogado e jornalista que trabalhava com o próprio Burr, a quem muito admirava. O mais curioso é que Charles não é o único a elaborar as referidas memórias. *Burr* assenta, na verdade, sobre três tipos diferentes de textos que pretendem dar conta do percurso de vida do Coronel, havendo uma considerável diferença entre eles, no que diz respeito ao grau de subjectividade dos registos discursivos. Para além do texto que Charles elabora (e que acaba por se converter no romance *Burr* de Gore Vidal), há que ter em conta o texto elaborado por Matthew Davis, considerado como o biógrafo oficial de Burr (que, ao contrário de Charles, só estava autorizado a publicar o seu trabalho após a morte do político) e o testemunho do próprio Burr, feito em

primeira pessoa e habilmente encaixado no romance. Os primeiros sessenta anos de vida dos Estados Unidos são, dessa forma, revisitados através do encaixe de textos escritos em primeira e em terceira pessoas (diários, notas, biografia, memórias, panfletos, recortes de jornais), num engenhoso jogo de articulação entre diferentes exemplos de *mise en abyme* que transformam o romance de Vidal num mosaico onde confluem diferentes vozes, espaços e tempos, chamando o romance a atenção para os investimentos semântico-ideológicos subjacentes a várias formas de modulação discursiva (não necessariamente literária) na sua potencialidade de representação quer do real empírico, quer daqueles que nele interagem. Do cotejo entre os três exemplos de *mise en abyme*, representados pelas memórias de Burr e de Charles, bem como pela biografia de Davis, relevam os conflitos de memórias a que se referia Pomian. No caso específico do romance vidaliano, este conflito abre o caminho para a reabilitação da imagem de Burr, tarefa realizada por Vidal que tira partido das informações que o discurso histórico fornece como ponto de partida para a elaboração de uma imagem *não oficial* do homem público, de forma a tirá-lo do esquecimento a que a representação pública da memória colectiva o votou. Mais do que isso, a caracterização positiva (embora não mitificada) do Coronel Burr obriga a desconstrução dos mitos que a História construiu acerca de alguns homens cujo papel foi considerado como relevante na criação e consolidação dos Estados Unidos como uma república.

A narrativa de Gore Vidal está estruturada sobre três momentos cruciais da vida de Burr: (i) a Revolução Americana, ou seja, a luta pela libertação do jugo inglês e os primeiros anos que se lhe seguiram; (ii) o duelo com Alexander Hamilton; e (iii) o episódio da tentativa de conquista do México. Importa reconhecer que a ênfase do discurso oficial é colocada nos dois últimos momentos do percurso de vida do Coronel, o que explica em parte o tratamento depreciativo que Burr recebeu e que fez com que William Carlos Williams (1956 [1925]) escrevesse um texto ironicamente intitulado «The Virtue of History», em que afirmou que «Burr's account in history is a distortion» (197). Para dar conta desta distorção, Vidal minimiza, de forma evidente, a importância do duelo e presta especial atenção às notas de Burr sobre a Revolução Americana e ao episódio da conquista do México. Isto porque interessa a Vidal, sobretudo, mostrar que Burr foi visto por alguns políticos como um entrave na sua ascensão ao poder, o que é indubitável quando se pensa em Alexander Hamilton e Thomas Jefferson. O que a ficção vidaliana faz é levantar possíveis razões que

expliquem porque houve tentativas de isolar Burr na cena política norte-americana em diferentes momentos e, ao mesmo tempo, revelar a faceta não heróica de personagens historicamente atestadas como George Washington, Alexander Hamilton e Thomas Jefferson.

Dos três momentos do percurso de Burr, e sendo aqui impossível analisar cada um deles com detalhe, escolho justamente aquele que a representação da memória pública parece considerar menos relevante. A minha opção deve-se não só ao facto de o romance sublinhar a faceta heróica do Coronel na luta contra o jugo inglês, mas, sobretudo, ao facto de o episódio da Revolução Americana corresponder ao primeiro momento de projecção de Burr na vida política do país que se formava. Para além disso, as notas do Coronel sobre a Revolução desconstróem crítica e ideologicamente o momento da fundação da pátria, que serviu de modelo de inspiração a outros países que buscavam a libertação do poder colonizador. Tal desconstrução incide sobre dois aspectos que têm evidentes consequências para o futuro político do país: (i) a fragilidade subjacente a uma ideia de nação (com evidentes repercussões na implementação do sistema político-administrativo em função da discussão sobre o grau de autonomia dos estados em relação ao poder central) e (ii) a mitificação dos heróis da Revolução. Estes dois aspectos articulam-se quando a ficção vidaliana insinua que a escolha do referido sistema político-administrativo obedeceu aos interesses económicos dos detentores do poder político, e, mais especificamente, de quem ocupava a Presidência. A fragilidade da ideia de nação está relacionada com o facto de o movimento de oposição à Coroa britânica ser informado por interesses económicos e não por ideais políticos de cariz nacionalista, o que é ilustrado, dentre outros exemplos, pela descrição da heterogeneidade e indisciplina do exército constituído para lutar contra a Inglaterra e que era formado por ladrões, assassinos e aventureiros europeus que lutavam por dinheiro⁴.

A caracterização do exército me interessa, pois um dos elementos de que a historiografia oficial se serviu para engrandecer o papel de George Washington na Revolução foi justamente a sua tentativa de fazer com que aqueles homens agissem de maneira minimamente concertada. Não pretendo aqui, de forma alguma, negar este facto. Pretendo, sim, é mostrar como a ficção vidaliana vem questionar como o discurso histórico converte o General numa espécie de deus e o consagra como o pai da nova nação, omitindo dados como a sua completa ineficiência em termos de estratégia militar; a sua tendência para agir de forma excessivamente burocrática e pouco prática; e o

medo que tinha dos seus potenciais rivais. Por outras palavras, mostrar como Vidal torna audível o silêncio da História no que diz respeito às fragilidades do ícone dos «Founding Fathers» no processo de construção do mito, como atesta o passo seguinte:

(...), from the age of forty-three Washington was forced not only to play but to be the *god* of America. This meant that he could have no friends among his contemporaries, for any one of them might have proved to be a rival. As a result, his affections tended to centre on young men who were no threat to his eminence. Watching him, however, with a contemporary and equal like Charles Lee was a marvellously droll spectacle. The usually majestic Washington would become the clumsy courtier: diffident, halting, given to sudden blushes, and then, at the right moment, a knife would flash in the dark and another rival would be stunned to discover that the dull, obsequious Virginia gentleman had effectively done for him. (O itálico é de Vidal. Cf. Gore Vidal, 1994: 105-106)

A revelação do lado mesquinho e interesseiro de George Washington, que a História obliterou, torna-se ainda mais evidente na discussão que o romance promove sobre as contradições do sistema político-administrativo, sendo estas projectadas na polémica sobre os prós e os contras da difícil escolha entre um federalismo forte e uma frouxa confederação de estados, trazendo novamente à discussão a indagação sobre a existência de uma ideia de nação que funcionasse como elemento de coesão entre os habitantes das ex-colónias britânicas, quando tantos queriam manter a autonomia dos seus estados em relação ao poder central. É a narrativa de Burr que insinua que a opção pela implementação de um governo federal forte vinha ao encontro dos interesses económicos dos mais favorecidos, destacando-se, dentre eles, George Washington. No excerto que abaixo transcrevo, atente-se no subtil paralelo entre o General e Cincinato, ditador romano do século V a.C., célebre pela singeleza e austeridade dos seus costumes e conhecido por guiar o seu arado com as próprias mãos. A citação do passo torna-se ainda mais oportuna quando o interesse de Washington no poder político centralizado confirma algumas insinuações que já vinham sendo feitas quanto à postura monárquica assumida pelo General desde que os estados americanos assinaram a paz com a Inglaterra:

Contrary to tradition, the movement for a strong Constitution and federal government began not with Hamilton but with General Washington. It is usual to picture him as a worthy, slow-witted man, a latter-day Cincinnatus only happy on his farm – trying to move that leaden plow he invented. He was of course worthy (if inordinately vain) and slow-witted in matters of the mind.

But no man was cleverer when it came to business and to the promotion of his commercial interests. For very practical reasons, he wanted a strong central government with himself at its head. He was from the beginning a perfect federalist, and used Hamilton far more than Hamilton ever used him in order to make safe his investments in land. (Gore Vidal, 1994: 169)

A opção por um governo forte revela, por outro lado, a aspiração do Presidente em transformar-se numa espécie de monarca, o que é paradoxal, tendo em conta a recente libertação das colónias do poder imperialista exercido pela Coroa britânica e a instauração de um regime republicano. Da associação do General a um deus e o seu desejo de ser tratado por «His Mightiness» às referências ao culto da sua própria personalidade, à sua casa como o «palácio real», às suas raras aparições em público e à pompa de que as mesmas se revestiam⁵, são frequentes no romance as alusões a várias personagens atraídas pelo sonho do império. Dentre elas, para além de Washington, destacam-se Alexander Hamilton, Thomas Jefferson, Eliza Jumel e o próprio Aaron Burr.

Se o processo de anamnese promovido por *Burr* tem como ponto de partida as memórias do Coronel e os conflitos decorrentes entre o seu relato e o de outras personagens (ficcionais ou historicamente atestadas) que com ele conviveram e que estavam, directa ou indirectamente, relacionadas com a elaboração de um volume de memórias sobre a vida do político, em *Memorial do Convento*, a anamnese tem como pólo gerador um espaço concreto, um «lieu de mémoire», ou seja, o Convento de Mafra, monumento grandioso que foi erigido no século XVIII para dar cumprimento a uma promessa feita pelo rei D. João V, caso a rainha lhe desse um herdeiro. Embora o título do romance indique que o memorial que se elabora é o do Convento, a verdade é que o processo de anamnese está também na dependência de uma outra construção, a da passarola do Padre Bartolomeu de Gusmão. É do cotejo das memórias acerca destas duas construções que emerge o conflito de memórias que opõe a versão do discurso oficial que consagra o rei D. João V como o construtor de Mafra àquela de milhares de operários que lá trabalharam e a quem Saramago concede voz pela primeira vez, transformando-os em heróis. O cotejo torna-se possível pelo facto de Baltasar Sete-Sóis, soldado maneta e natural de Mafra, ter trabalhado, juntamente com Blimunda, sua mulher, na construção do sonho do Padre Bartolomeu, acabando por participar na construção da Basílica, quando ambos retornam a Mafra depois do voo do pássaro gigante. Se Vidal, no seu romance, tirou Burr da obscuridade, Saramago procede da mesma

forma com os operários de Mafra, sendo importante recordar que a historiografia oficial nem sequer refere o papel desses homens na construção da «fábrica da basílica», não tendo procurado sequer ouvir as suas memórias privadas. Saramago aproxima-se de Vidal quando procura desconstruir a efigie que o discurso histórico elaborou de uma personalidade histórica, nomeadamente de D. João V, que passou às páginas da História como o rei «Magnânimo» e como o monarca responsável pela construção do Convento de Mafra, como se o Convento fosse o produto do trabalho e da vontade de um *só* homem. A desconstrução da personalidade histórica está na estreita dependência do processo de construção da Basílica, pelo que selecciono três momentos significativos, através dos quais é não só apresentada ao potencial leitor do romance uma outra faceta da personalidade do rei, como também é restituído aos verdadeiros construtores de Mafra o seu lugar na História. São eles: (i) a construção da Basílica de São Pedro em miniatura; (ii) o transporte da pedra de Pêro Pinheiro; e (iii) o transporte dos trabalhadores que foram forçados para Mafra a fim de adiantar as obras para a sacração da Basílica.

A descrição do rei a montar a Basílica de São Pedro em miniatura antes de ir ao quarto da rainha para cumprir as suas obrigações conjugais e, sobretudo, para tentar obter um herdeiro para a Coroa precede, na economia da narrativa, a promessa que o rei fará ao bispo inquisidor e ao frade franciscano de erigir uma outra basílica, a de Mafra. Curiosamente, a referência ao jogo de armar ganha particular significado mais tarde, quando são narradas as enormes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em tornar o sonho megalómano do rei numa realidade. Isto porque as difíceis condições de vida no canteiro de obras são contrastadas com a opulência do Palácio Real, sendo enfatizada a sabedoria do operário na transformação da pedra num monumento grandioso em oposição à habilidade limitada do monarca, capaz de erigir uma basílica de brinquedo e, assim mesmo, com o auxílio dos membros da Corte.

A desvalorização da importância do rei na empresa de construção do Convento atinge o seu clímax no episódio do transporte da pedra de Pêro Pinheiro que foi utilizada na construção da varanda do Palácio que dá para o interior da Basílica. Tal varanda é, até hoje, classificada como uma maravilha da arquitectura, uma vez que foi feita com uma só peça de mármore. Se, por um lado, o transporte da pedra converte os homens em animais de carga, por outro lado, ele sublinha a fragilidade do poder real, já que, sem a força dos trabalhadores, «todo

o poder de el-rei será vento, pó e coisa nenhuma» (José Saramago, 1987: 244). Para além disso, é através deste episódio a que Saramago dedica largas páginas da sua narrativa que o romancista reconhece o valor de todos os anónimos que estiveram envolvidos na árdua tarefa, representando-os através de um conjunto de nomes que só são inscritos no memorial do Convento porque o discurso ficcional resgatou e reinterpretou o facto histórico:

Daqueles homens que conhecemos no outro dia, vão na viagem José Pequeno e Baltasar, conduzindo cada qual sua junta, e, entre o pessoal peão, só para as forças chamado, vai o de Cheleiros, aquele que lá tem a mulher e os filhos, Francisco Marques é o nome dele, e também vai o Manuel Milho, o das ideias que lhe vêm e não sabe donde. Vão outros Josés, e Franciscos e Manuéis, (...), tudo quanto é nome de homem vai aqui, tudo quanto é vida também, sobretudo se atribulada, principalmente se miserável, já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, é essa a nossa obrigação, só para isso escrevemos, torná-los imortais, pois aí ficam, se de nós depende, Alcino, Brás, Cristóvão, (...), Xavier, Zacarias, uma letra de cada um para ficarem todos representados, porventura nem todos esses nomes serão os próprios do tempo e do lugar, menos ainda da gente, mas, enquanto não se acabar quem trabalhe, não se acabarão os trabalhos, e alguns destes estarão no futuro de alguns daqueles, à espera de quem vier a ter o nome e a profissão. (José Saramago, 1987: 242)

A vaidade do rei, o medo da morte e a impossibilidade de erigir em Lisboa uma basílica como a de São Pedro de Roma (e aqui não me refiro à miniatura com que o monarca se divertia) levam D. João V a ordenar que todos os homens do reino com capacidade para trabalhar fossem levados para Mafra, a fim de que a sagração da Basílica pudesse ter lugar na data escolhida pelo rei. O episódio desperta a atenção pelo facto de os homens serem tratados como mercadorias, como uma espécie de escravos, a quem não era dada a hipótese de escolha. Para além de dar sequência à crítica que, desde o início do romance, é feita às tremendas desigualdades sociais e económicas do reinado de D. João V, este episódio vem descortinar o abuso de poder do rei.

Inevitável é retornar aqui ao paralelismo que se estabelece ao longo do romance entre a construção do Convento e a passarola. Isto porque é o desaparecimento de Baltasar, levado inesperadamente pelo pássaro gigante, quando fazia um dos reparos necessários à sua manutenção, que faz com que o olhar do narrador se concentre em Blimunda que, na altura da grande festa da sagração, deixa Mafra para iniciar uma longa e desesperada busca por Baltasar. É sintomático que o momento de realização e de afirmação do rei e do seu poder perca

em importância na narrativa. Esta é uma das formas engenhosas que Saramago encontrou para desvalorizar não só a construção do Convento, como também a importância daquele que a representação pública da memória elegeu como o seu construtor.

Retomo, à guisa de conclusão, a importância do processo de anamnese levado a cabo pela ficções históricas de Gore Vidal e de José Saramago no resgate da representação oficial da memória colectiva dos Estados Unidos e de Portugal em momentos precisos da sua História. Isto porque ambos os autores procuram revelar, ao longo deste processo de recuperação, como a memória da nação foi política e socialmente construída, em função de interesses políticos, económicos e ideológicos específicos. O que os romancistas fazem, na verdade, é localizar aonde a memória colectiva se torna, de alguma forma, resistente à lembrança, ou seja, aonde ela ergue dois tipos de barreiras que podem ser interpretadas como verdadeiros abusos da memória: por um lado, a barreira do *mito*, e, por outro, a barreira do *silêncio*. É o que ocorre, em *Burr*, quando Vidal desvela como a heroização de alguns dos «Founding Fathers» correspondeu à vilificação da figura de Aaron Burr, chamando a atenção, no decorrer deste processo, para as ambiguidades e as contradições de uma república que aspirava a ser uma monarquia e que se converteu num modelo de democracia para o mundo, bem como, em *Memorial do Convento*, quando Saramago preenche a lacuna do silêncio do discurso histórico ao reconhecer os operários de Maфра como os verdadeiros construtores da obra monumental que foi erigida no reinado de D. João V. Importa aqui frisar, no entanto, que, apesar de ambos os romancistas procurarem localizar e problematizar as tais zonas de resistência à lembrança na sua tentativa de corrigir os abusos da memória, as suas ficções históricas devem ser lidas como respostas a preocupações que são distintas. Refiro-me ao gosto de Vidal em, através do texto literário, indagar preferencialmente a historiografia voltada para o exame das grandes personalidades da História (figuras indubitavelmente conotadas com a esfera do poder político) e à preocupação de Saramago de reconhecer e dar voz aos sujeitos anónimos da História (assentando a crítica ideológica do escritor português, enquanto intelectual de esquerda, no confronto entre as classes sociais).

Os dois romances assentam, dessa forma, sobre conflitos de memórias (públicas e privadas, colectivas e individuais) que fazem tremer o edifício da memória da nação ao proporem o exame epistemológico e ideológico do seu património histórico (a (re)leitura

dos eventos tal como ela foi dada a conhecer a partir do registo feito pela historiografia oficial); humano (a investigação sobre as personalidades históricas que tiveram um papel de relevo, enquanto sujeitos da História, tendo elas sido ou não reconhecidas por esta última) e ético-político (as fragilidades do sistema político-administrativo norte-americano e português que são projectadas não só na governação, mas, principalmente, na construção da memória da nação). A importância dos romances releva, pois, dentre outras tantas leituras possíveis, do cuidado dos escritores em chamarem a atenção para os abusos da memória que Paul Ricoeur, em entrevista a François Ewald (2000: 24-25), identifica como sendo (i) o da manipulação da memória pelas ideologias; (ii) o da memória impedida pelas resistências e (iii) o da memória imposta que determina o que deve ou não ser lembrado. Mais do que isso, ao deixarem emergir os Outros da memória da nação, os romances não só procuram superar os abusos da memória, como também acabam por se transformar, ainda que numa dimensão simbólica, em «lieux de mémoire», reinventando a memória da colectividade para que o presente possa fazer sentido.

¹ Uma versão resumida deste texto foi apresentada no IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, que teve lugar na Universidade de Évora entre 9 e 12 de Maio de 2001.

² Cf. a entrevista que Paul Ricoeur deu a François Ewald (2000) para a *Magazine Littéraire* (2000: 20-26).

³ Recordo que Alexander Hamilton foi um dos heróis do processo de independência dos Estados Unidos. Era considerado como o delfim de George Washington e foi morto por Burr num duelo.

⁴ Sobre a caracterização do exército revolucionário, ver Gore Vidal (1994: 46).

⁵ A título de ilustração, transcrevo a descrição que Burr faz da chegada do General Washington a Nova Iorque após a paz com a Inglaterra em 1783:

«The noise of cheering caused us to hurry to the windows. Washington the demigod – no, the god! – was dismounting. The crowd waved their hats. He raised his hat once and put it under his arm. Then accompanied by Governor Clinton His Mightiness entered the tavern. Incidentally, when Washington became president he wanted to be styled His Mightiness. The senate was agreeable. The House of Representatives was not, and referred the other house to the Constitution which speaks of the chief executive as, simply, the president. In fact, the Speaker – the droll Mr. Muhlenberg – went so far as to suggest that perhaps the General would like to be known as “His High and Mightiness”. Muhlenberg’s mild pleasantry was not well received by the greatest man in the world who would very much have enjoyed, I suspect, being king had he not lacked a son, a prince of Virginia, to succeed him.» (Gore Vidal, 1994: 166).

Bibliografia:

- EWALD, François (2000). «Paul Ricoeur: un parcours philosophique» (entrevista concedida por Paul Ricoeur). In : *Magazine Littéraire*, n° 390, septembre, pp. 20-26.
- NORA, Pierre (1989). «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*». In: *Representations*, 26, Spring, pp. 7-25.
- POMIAN, Krzysztof (1999). *Sur l'histoire*, Paris, Gallimard.
- SARAMAGO, José (1987 [1982]). *Memorial do Convento*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 4ª ed.
- VIDAL, Gore (1992). *Screening History*, London, Abacus.
- VIDAL, Gore (1994 [1973]). *Burr*, London, Abacus.
- WILLIAMS, William Carlos (1956 [1925]). «The Virtue of History». In: WILLIAMS, William Carlos (1956 [1925]). *In the American Grain*, New York, New Directions Paperbook, 2nd ed., pp. 188-207.